

38º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Henrique Gamito, administrador da EMATUM, diz que estudo de viabilidade estava desenquadrado da realidade e a empresa não estava preparada para implementar o projecto

- Entrou para a EMATUM pela mão do então Ministro das Finanças Manuel Chang, a quem servia como assessor para a área de segurança. No mesmo dia em que a EMATUM foi criada, Henrique Gamito foi indicado administrador executivo para a área financeira e assinou o contrato de fornecimento de equipamentos com a Abu Dhabi Mar, uma das empresas do grupo Privinvest. Além do salário a que tinha direito como administrador da EMATUM, Gamito disse que não recebeu nenhuma comissão, não foi aliciado e sempre esteve convencido de que estava a servir a soberania do Estado.



Henrique Gamito

Henrique Álvaro Gamito, 71 anos, reformado do Ministério das Finanças, foi administrador executivo da EMATUM de Agosto de 2013 a Julho de 2015, e passou a administrador não executivo até Janeiro 2016. Foi informado pelo Ministro das Finanças, Manuel Chang, que devia integrar a direcção da EMATUM, em representação do Instituto de Gestão das Participações de Estado (IGEPE), tendo sido nomeado Administrador executivo no mesmo dia em que foi criada a empresa. O declarante disse que quando o então Ministro das Finanças o informou que devia integrar a direcção da EMATUM, a empresa ainda não tinha sido criada. “O então Ministro das Finanças informou-me que seria uma empresa dirigida pelo SISE e o objectivo principal seria a angariação de receitas para o financiamento do sector de defesa e segurança”.

Confirmou ter assinado o contrato de fornecimento de equipamentos com a Abu Dhabi Mar (uma das empresas do grupo Prinvest) e o contrato de financiamento da EMATUM no valor de 850 milhões de dólares com o Credit Suisse. O declarante disse que teve acesso ao estudo de viabilidade da EMATUM através do então PCA da empresa, António Carlos do Rosário, mas alega desconhecer os autores. Na altura em que recebeu o estudo de viabilidade já tinha assinado o contrato de fornecimento. “O contrato de fornecimento foi assinado a 2 de Agosto de 2013, no mesmo dia em que foi criada a EMATUM e foram constituídos os seus órgãos sociais”.

Perguntado pelo Ministério Público se teve tempo para analisar o contrato de fornecimento antes de assinar, Henrique Álvaro Gamito respondeu que os documentos já tinham sido elaborados e tinham a assinatura do PCA António Carlos do Rosário, além de que vinham em inglês, língua que não domina. “Eu fui à EMATUM por indicação dos Ministros das Finanças e foi de boa-fé que assinei. Estava convencido que o contrato de fornecimento tinha sido submetido ao crivo e análise de outros intervenientes antes de chegar às minhas mãos. Eu não estava familiarizado com barcos e equipamentos constantes do contrato. Não tinha capacidade para fazer avaliação”.

Como administrador executivo da EMATUM, teve a missão de obter junto do Banco de Moçambique a autorização de contratação da dívida de 850 milhões de dólares no banco Credit Suisse. “Todo o processo de constituição, financiamento e contratação da empresa fornecedora de equipamentos para a EMATUM foi tratado por António Carlos do Rosário na qualidade de PCA da empresa e oficial sénior do SISE. Todo esse processo foi tratado com secretismo por envolver a segurança de Estado”.

Perguntado se como administrador executivo da EMATUM poderia falar de aspectos concretos que mostram que a empresa



estava ligada à segurança, Henrique Gamito referiu-se ao quadro do pessoal que era formado maioritariamente por oficiais do SISE. “Alguns já os conhecia antes. A minha ligação com a área de segurança vem desde 1991. Fui colocado como chefe do Departamento Zero do Ministério das Finanças. A minha colocação na EMATUM vinha do facto de ter trabalhado na área de segurança dentro do Ministério das Finanças”. À pergunta se teve conhecimento de uma actividade concreta da EMATUM relacionada à defesa e segurança, o declarante respondeu negativamente.

Henrique Álvaro Gamito admite que, embora tenha subscrito o contrato de financiamento da EMATUM, não teve nenhum contacto com o Credit Suisse e os documentos que assinou recebeu das mãos de António Carlos do Rosário. “Assinei os contratos de fornecimento de equipamentos, mas não participei do respectivo processo de procurement e negociação. Foi veiculado num dos nossos encontros na EMATUM que, além dos equipamentos constantes do contrato celebrado com a Abu Dhabi Mar, foram incluídos outros equipamentos de carácter militar. Estes equipamentos estavam estimados em 500 milhões de dólares”.

Segundo o declarante, a EMATUM recebeu do exterior (de uma das empresas do grupo Prinvest) três milhões de dólares para pagar as despesas de instalação da empresa e de logística para o início das actividades. “Foi o PCA António Carlos do Rosário que informou ao conselho de administração que a EMATUM iria receber três milhões de dólares. Essa informação consta da acta da reunião”. Parte

do valor foi usada para a compra de viaturas para alguns membros do conselho de administração. Acrescentou ainda que a EMATUM recebeu outro dinheiro que não pode precisar vindo do Credit Suisse por se ter constatado que do valor referente à taxa de juro pago pela empresa, havia um remanescente.

Os membros do conselho de administração da EMATUM tinham uma remuneração mensal de 180 mil meticais líquidos, incluídos os subsídios de representação e de combustíveis. Os salários eram pagos através de fundos que a EMATUM recebeu do exterior, nomeadamente do grupo Prinvest. O declarante disse que todos os membros do conselho de administração recebiam salários, mas não sabe se aqueles que eram simultaneamente funcionários públicos recebiam outras remunerações. Até Julho de 2015, altura em que deixou de ser administrador executivo, a empresa tinha mais de 190 trabalhadores.

A afirmação de Henrique Gamito contradiz as declarações do reu António Carlos do Rosário segundo as quais na sua qualidade de PCA das três empresas (ProIndicus, EMATUM e MAM) não recebia nenhuma remuneração. Além da revelação feita por Henrique Álvaro Gamito de que todos os membros do conselho de administração da EMATUM recebiam um salário líquido de 180 mil meticais, na segunda-feira o também declarante Eugénio Matlaba revelou que os membros do conselho de administração da ProIndicus tinham salários mensais que variaram entre 200 e 300 mil meticais.

Henrique Álvaro Gamito confirmou que durante o funcionamento da EMATUM foi

constatado que o estudo de viabilidade que tinha servido de base para a constituição da empresa estava desenquadrado da realidade, além de que não tinha sido feita uma boa preparação para a implementação do projecto. “O pessoal envolvido na faina foi formado a posterior, o preço do atum no mercado internacional estava aquém do estimado no estudo de viabilidade, os equipamentos para a pesca chegaram com atraso e com deficiências operacionais que exigiram que fossem submetidos à adequação”. Mas fez notar que não eram precisos grandes intervenções, tanto é que as reparações foram feitas dentro do país sem necessidade de recorrer ao fabricante. “Quando os eram fabricados havia fiscalização. Mas quando chegaram a Maputo, detectou-se a necessidade de acrescentar algum equipamento, como camas”.

O Ministério Público quis saber o que é que os barcos da EMATUM tinham que os diferenciava de barcos comuns da pesca, ao que o declarante respondeu nos seguintes termos: “Se tinham componentes diferentes dos barcos normais de pesca, não sei dizer com certeza. Mas sabia que havia uma interligação entre as empresas. Havia uma complementaridade entre os barcos da EMATUM, ProIndi-

cus e MAM. Ouvi isso do PCA, António Carlos do Rosário, nas sessões do conselho de administração da EMATUM”.

O declarante disse ainda que o atum abundante na costa moçambicana é de qualidade inferior ao atum constante do estudo de viabilidade, além de que a capacidade de processamento na altura em que esteve na EMATUM não condizia com os padrões internacionalmente exigidos. Em relação ao processo de emissão de garantias de Estado para a contratação da dívida da EMATUM, o declarante disse que não teve qualquer intervenção nem gratificação. Henrique Álvaro Gamito disse que acompanhou os problemas relacionados com os altos custos de operacionalização dos barcos e a escassez de isca para a captura de atum nas águas moçambicanas, mas não pode dar detalhes porque não se tratava da sua área. “Tínhamos uma administradora para a área de operações que pode dar detalhes. Falo de Ivone Lichucha, quadro das pescas”.

Perguntado se durante o período em que esteve na EMATUM como administrador executivo a empresa teve receitas, o declarante disse estar lembrado que assistiu à descarga de 10 e de 14 toneladas de atum no Porto

de Maputo. Mas não precisou o valor que de mercadoria gerou. “Parte do atum da primeira faina foi oferecido aos centros internatos e outro foi vendido no mercado doméstico”.

Citando o relatório de auditora de 2014 feito pela Ernest & Young, a representante do Ministério Público disse que a EMATUM apresentava prejuízo de mais de um bilião de meticais, com tendência de agravamento exponencial nos anos subsequentes. E questionou ao declarante de onde viria o capital para a operacionalização da empresa, uma vez que o relatório dizia que não havia receitas: “Tínhamos que fazer um esforço para reduzir os custos operacionais e as despesas com o seguro dos barcos. A partir do momento em que a empresa fosse operar na plenitude, com todos os barcos, estaria em condições de gerar receitas suficientes”.

Antes de ser indicado para integrar a direcção da EMATUM, Henrique Gamito trabalhava como assessor do então Ministro das Finanças (Manuel Chang) para a área de segurança. O Ministério Público perguntou se nessa qualidade teria recebido um expediente relativo ao projecto de protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique, ao que o declarante respondeu negativamente.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autora: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

